



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE RONDINHA

### LEI MUNICIPAL Nº 3.519, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026.

**“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.883, DE 05 DE MAIO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE RONDINHA-RS, PARA REGULAMENTAR O FUNCIONAMENTO DA SEDE E O REGIME DE PLANTÕES.”**

**EZEQUIEL PASQUETTI**, Prefeito Municipal de Rondinha, Estado do Rio Grande do Sul

**FAÇO SABER**, em cumprimento ao dispositivo no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

### LEI

**Art. 1º** O artigo 5º da Lei Municipal nº 2.883, de 05 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 5º** O Conselho Tutelar funcionará de segundas a sextas-feiras, no horário das 07h45 às 11h30 e das 13h00 às 17h15.*

***§1º** Durante o horário de funcionamento previsto no caput, deverá ser assegurada a presença simultânea mínima de 03 (três) Conselheiros Tutelares na sede, para atendimento ao público.*

***§2º** Além do horário de expediente, o Conselho Tutelar manterá plantão permanente, inclusive no período noturno, finais de semana e feriados, com a designação mínima de 03 (três) Conselheiros Tutelares por escala.*

***§3º** Em situações de urgência, alta demanda ou necessidade de deliberação colegiada, os demais Conselheiros Tutelares poderão*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MUNICÍPIO DE RONDINHA

*ser convocados para reforço do atendimento e participação nas decisões.*

*§4º As escalas de atendimento na sede e de plantão serão organizadas pelo Conselho Tutelar, aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e divulgadas nos meios oficiais, nos termos do Regimento Interno.*

*§5º Os Conselheiros Tutelares designados para atendimento na sede poderão ausentar-se temporariamente para realização de diligências, visitas ou atendimentos externos inerentes às atribuições do Conselho Tutelar, devendo, sempre que possível, ser assegurada a recomposição da equipe mínima de atendimento presencial.*

*§6º O regime de atuação dos Conselheiros Tutelares é de dedicação exclusiva e disponibilidade permanente, sendo o conselheiro responsável pelo atendimento das demandas a qualquer tempo, não havendo direito a horas extras, adicional noturno, sobreaviso ou qualquer remuneração adicional, além do subsídio mensal fixado em lei.*

**Art. 2º** Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.883/2015.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDINHA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**EZEQUIEL PASQUETTI**

**Prefeito Municipal**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**Data Supra**

*Clovis Paulo Michielin*  
**CLOVIS PAULO MICHIELIN**

**Secretário Municipal de Administração**